



## **Parecer Prévio 00109/2020-1 - 1ª Câmara**

**Processos:** 08706/2019-9, 08797/2019-6

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Prefeito

**Exercício:** 2018

**UG:** PMSDN - Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte

**Relator:** Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

**Responsável:** PEDRO AMARILDO DALMONTE

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – FINANÇAS PÚBLICAS – LINDB - LC 621/2012 - DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENVIO DA PCA - CRÉDITOS ADICIONAIS - ROYALTIES - PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVA – DETERMINAÇÃO – RECOMENDAÇÃO - CIÊNCIA – ARQUIVAMENTO.**

1. Dificuldades técnicas, indicadores de gestão e tempo de atraso devem ser considerados em eventuais descumprimentos de prazo de envio de PCA.
2. Abertura de crédito adicional em descumprimento de dispositivos legais devem ser confrontados com o impacto real na despesa autorizada.
3. Divergências contábeis passíveis de estorno, e que não tenham repercussão negativa no erário, não devem ter mais peso que os indicadores financeiros e econômicos alcançados pelo gestor, devendo permanecer no campo da ressalva

**O CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:**

**I. RELATÓRIO**

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas Anual da **Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte**, sob a responsabilidade do senhor **Pedro Amarildo Dalmonte**, referente ao **exercício de 2018**.

No **Relatório Técnico 00866/2019-3** (peça 41) a área técnica apontou os seguintes indícios de irregularidades:

4.1.1. Abertura de Crédito Adicional Especial sem autorização legal.

4.1.2 Abertura de créditos adicionais suplementares sem autorização legal

4.3.2.1 Recursos recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural apresentam discrepância na apuração do superávit financeiro da fonte de recursos.

Além do que, propõe a emissão de acordão com fins de aplicação de sanção por **multa** ao Senhor **Pedro Amarildo Dalmonte**, pelo descumprimento do prazo legal de envio da PCA (item 2.1), com fundamento no art. 135, inciso VIII, e seu § 4º, todos da Lei Complementar nº 135, de 8 de março de 2012, c/c art. 389, inciso VIII, e seu § 1º, todos do Regimento Interno deste Tribunal.

Os indícios supracitados originaram a **Instrução Técnica Inicial - ITI 00931/2019-2** (peça 42) para a **citação** do responsável.

Em atenção ao **Termo de Citação 01524/2019-6** (peça 44), nos termos da **Decisão Segex 00885/2019-6** (peça 43), o gestor **permanece silente**.

Em face da **ausência de manifestação** do gestor, nos termos do **Despacho 12574/2020-8** (peça 50), o Conselheiro Relator **decreta a revelia** do Sr. **Pedro Amarildo Dalmonte**, dando prosseguimento ao feito na forma regimental.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia - NCE, elabora a **Instrução Técnica Conclusiva 01665/2020-9** (peça 54), **opinando** pela emissão de Parecer Prévio pela **REJEIÇÃO DAS CONTAS** do Executivo Municipal, referentes ao exercício de **2018**, em face das irregularidades apontadas no supracitado Relatório Técnico, além de **aplicação de multa** ao gestor responsável, em face do **descumprimento do prazo legal de envio da PCA**.

O Ministério Público de Contas, através do **Parecer 01695/2020-1**, (peça 58) da 2ª Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. Luciano Vieira, **anui** à proposta contida na Instrução Técnica Conclusiva supracitada, pugnando pelo seguinte:

**3.1** – seja emitido parecer prévio recomendando-se ao Legislativo Municipal a **REJEIÇÃO** das contas do Executivo Municipal de São Domingos do Norte, referentes ao exercício de 2018, sob a responsabilidade de **Pedro Amarildo Dalmonte**, na forma do art. 80, inciso III, da LC n. 621/2012;

**3.2** – com fulcro no art. 1º, inciso XVI, da LC n. 621/2012 c/c art. 71, inciso X, da Constituição Estadual, sejam expedidas as seguintes determinações:

**3.2.1** – que apure a divergência apontada no item 4.3.2.1 do RT 00866/2019-3, fazendo-se os respectivos ajustes contábeis a serem demonstrados na próxima prestação de contas;

**3.2.2** – que divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo parecer prévio, na forma do art. 48 da LC n. 101/00; e

**3.3** – com fulcro no art. 1º, inciso XXXVI, da LC n. 621/2012 c/c art. 71, inciso X, da Constituição Estadual, seja expedida recomendação ao Chefe do Executivo para que observe o prazo disposto no art. 76, § 1º do indigitado estatuto legal para encaminhamento das prestações de contas a este egrégio sodalício.

O Processo 08797/2019-6 é **apensado** aos presentes autos e, nos termos do despacho 34372/2020-9 (peça 60), em atenção à **Decisão Plenária TC nº 15**, de 15/09/2020, encaminhados à área técnica para **complementação da instrução**, com a repercussão das questões levantadas no processo referente à ordenação de despesas, considerando relevância, materialidade e generalidade, e promoção de **novo contraditório**.

O NCONTAS – Núcleo de Controle Externo de Contabilidade elabora **Manifestação Técnica 02880/2020-1** (peça 62), **opinando** pela seguinte proposta de encaminhamento:

#### **1. Proposta de encaminhamento**

Foi examinada a Prestação de Contas Anual relativa ao município de São Domingos do Norte, exercício de 2018, formalizada de acordo com a IN TCEES 43/2017 e com o escopo definido na Resolução TC 297/2016 e alterações posteriores, bem como considerando-se a Decisão Plenária 15/2020.

Quanto ao aspecto técnico-contábil e o disposto na legislação pertinente, considerando-se as Instruções Técnicas Conclusivas 01665/2020-9 (TC 08706/2019-9) e 00638/2020-1 (TC 08797/2019-6), opina-se no sentido de que este Egrégio Tribunal de Contas emita PARECER PRÉVIO, dirigido à Câmara Municipal de São Domingos do Norte recomendando a **REJEIÇÃO** da prestação de contas anual do **Sr. PEDRO AMARILDO DALMONTE**, prefeito no exercício de 2018, conforme dispõem o art. 132 da Resolução TCEES 261/2013 e o art. 80, da Lei Complementar 621/2012, em face manutenção das seguintes irregularidades do RT 866/2019:

Item 4.1.1 - Abertura de Crédito Adicional Especial sem autorização legal. *Base Legal: artigo 167, V, da Constituição Federal de 1988; artigos 7º e 42 da Lei Federal 4.320/1964.*

Item 4.1.2 - Abertura de créditos adicionais suplementares sem autorização legal. *Base Legal: art. 7º e 42 da Lei 4.320/64 c/c art. 167, inciso V da CF e art. 4º da LOA.*

Item 4.3.2.1 - Recursos recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural apresentam discrepância na apuração do superávit financeiro da fonte de recursos. *Base Normativa: art. 2º da Lei Estadual 10720/2017.*

Sugere-se ainda a emissão de acordão com fins de aplicação de sanção por multa ao Senhor Pedro Amarildo Dalmonte pelo descumprimento do prazo legal de envio das PCA (item 2.1 do RT 866/2019 e do RT 429/2019), com fundamento no art. 135 da Lei Complementar nº 621/2012

O Ministério Público de Contas, através do **Parecer 03509/2020-6** (peça 66) da 2ª Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. **Luciano Vieira**, reitera, *in totum*, o **Parecer 01695/2020-1**.

Ressalta, quanto ao **descumprimento dos prazos** para apresentação das prestações de contas de ordenador e de prefeito, conforme manifestações exaradas nos Relatórios Técnicos 00429/2019-1 e 00866/2019-3, a omissão acerca desse item nas Instruções Técnicas Iniciais 00523/2019-7 e 00931/2019-2, sendo **imperiosa a citação** do responsável para ensejar a **aplicação de multa pecuniária**, nos termos do art. 135, incisos VIII e IX, da LC n. 621/2012. Destarte, para evitar retroceder na marcha processual, é possível a **expedição de recomendação** ao atual gestor para a observância do referido prazo no envio das futuras prestações de contas.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Examinando os autos, verifico que o mesmo se encontra **devidamente instruído**, portanto, **apto à apreciação de mérito**, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Compulsando o **Relatório Técnico 00866/2019-6** destaco alguns aspectos que considero fundamentais para a análise:

- A Lei Orçamentária Anual do município, Lei 891/2017, **estimou** a receita em **R\$ 36.850.000,00** e fixou a despesa em R\$ 36.850.000,00 para o exercício em análise, admitindo **a abertura de créditos adicionais suplementares** até o limite de **R\$ 14.740.000,00**, conforme Art.4º da LOA.

- Confrontando-se a **Receita Prevista** (R\$ 37.482.173,40) com a **Receita Realizada** (R\$ 34.814.423,05), constata-se um **Déficit de Arrecadação** da ordem de **R\$ 2.667.750,35**.

- Confrontando-se a **Receita Realizada** (R\$ 34.814.423,05) com a **Despesa Total Executada** (R\$ 34.531.349,05), constata-se um **Superávit Orçamentário** da ordem de **R\$ 283.074,00**.

- O Balanço Financeiro aponta que a **disponibilidade** sofreu um **incremento** de **R\$ 742.606,61** passando de **R\$ 11.634.164,00** no início do exercício para **R\$ 12.376.770,61** no final do mesmo.

- As variações patrimoniais **augmentativas** da ordem de **R\$ 44.933.025,17** confrontadas com as variações patrimoniais **diminutivas** da ordem de **R\$ 42.153.874,67** apontam para um **resultado patrimonial** no período de **R\$ 2.779.150,50**.

- Houve um **Superávit Financeiro** (Ativo Financeiro R\$ 12.376.802,32 – Passivo Financeiro R\$ 2.042.968,95), da ordem de **R\$ 10.333.833,37**, superando o superávit de 2017 que foi da ordem de R\$ 10.036.288,89.

- O Balanço Patrimonial evidencia um resultado patrimonial **superavitário** da ordem de **R\$ 91.806.577,29**, superior ao exercício anterior, da ordem de 89.061.164,82.

#### **LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS:**

Dos levantamentos efetuados, restou constatado que o município em análise obteve, a título de **Receita Corrente Líquida – RCL**, no exercício de 2018, o montante de **R\$ 32.506.738,52**.

O Poder Executivo realizou **despesa com pessoal** no montante de **R\$ 15.294.864,55**, resultando, desta forma, numa aplicação de **47,05%** em relação à receita corrente líquida apurada para o exercício, **dentro** do limite prudencial de **51,30%** e limite legal de **54%**.

Os gastos com pessoal e encargos sociais **consolidados com o Poder Legislativo** foram da ordem de **R\$ 16.361.844,01**, ou seja, **50,33%** em relação à receita líquida, estando, portanto, **abaixo** do limite prudencial de **57%** e do limite legal de **60%**.

A **Dívida Consolidada Líquida** representou **0,00%**, ou seja, **não extrapolou o limite** de 120% da **Receita Corrente Líquida**.

**Não houve** a contratação de operações de crédito **nem a concessão de garantias** ou **contra garantia de valores no exercício de 2018**.

#### **DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR (Anexo 5).**

Do demonstrativo supracitado **restou evidenciado a disponibilidade de caixa líquida** para cada um dos recursos vinculados (**art. 55 da LRF**). O demonstrativo também possibilita a verificação do cumprimento do **art. 42 da LRF**, demonstrando **a suficiente disponibilidade de caixa** para cobrir as obrigações de despesa contraídas no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira de cada órgão.

Restou constatado a **inexistência de previsão para beneficiar instituições com renúncia de receita**.

#### **LIMITES CONSTITUCIONAIS**

O total aplicado em **ações e serviços públicos de saúde** foi de **R\$ 4.371.233,24**, após as deduções, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **19,41%**, **cumprindo** assim, o **limite mínimo** a ser aplicado na saúde de **15%**.

Foi apurado valor de **R\$ 4.351.688,05** dedicado ao pagamento dos profissionais do magistério, resultando em uma aplicação de **95,97%** da cota-parte recebida do **FUNDEB** (R\$ 4.534.295,57), **cumprindo** assim o **percentual mínimo** de **60,00%**.

O total **aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino** foi de **R\$ 6.460.226,53**, resultando assim em um percentual efetivamente aplicado de **27,86%**, **cumprindo** assim o **percentual mínimo** a ser aplicado de **25%**.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb concluiu pela **aprovação** das contas.

O Conselho Municipal de Saúde concluiu pela **aprovação** das contas.

O Poder Executivo **transferiu recursos** ao Poder Legislativo da ordem de **R\$ 1.483.473,60** dentro do limite permitido de **R\$ 1.483.569,15**.

## **REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS**

Os **subsídios** do Prefeito e do Vice-Prefeito, fixados em R\$ 11.932,70 e R\$ 6.908,41, respectivamente, foram considerados **em conformidade com o mandamento legal**.

Passo agora a analisar, **conjuntamente**, o teor dos indícios de irregularidades mantidos pela Área Técnica:

- **Abertura de Crédito Adicional Especial sem autorização legal (item 4.1.1. do RT 00866/2019-3)**

**Verifica a Área Técnica**, compulsando os documentos enviados a este Tribunal de Contas, especificamente o arquivo DEMCAD (Demonstrativo dos Créditos Adicionais), que **foram abertos créditos adicionais suplementares e especiais** com base na Lei Municipal 891/2017 (LOA) no montante de **R\$ 16.832.647,95**, sendo que deste total **R\$ 434.377,74** referem-se a créditos especiais.

Ocorre que os **créditos especiais** só podem ser abertos com base em lei específica, incorporando assim o orçamento vigente, sendo dessa forma **vedada a utilização da lei orçamentária como instrumento legal para sua abertura**.

O gestor **não apresentou** justificativas, sendo assim **declarado revel**.

**- Abertura de créditos adicionais suplementares sem autorização legal (item 4.1.2 do RT 00866/2019-3)**

**Verifica a Área Técnica** que foram **abertos créditos suplementares** por meio da Lei 891/2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA), no montante de R\$ 16.832.647,95, cuja fonte de recursos indicada foi **a anulação de dotação orçamentária**.

A LOA, em seu art. 4º, inciso I, **limitou** a abertura de créditos suplementares sem necessidade de outra lei específica, **em 40%** do orçamento das despesas fixadas, correspondendo ao montante de **R\$ 14.740.000,00**.

**Ressalta a Área Técnica** que, em consulta ao portal eletrônico do município de São Domingos do Norte, **não foram encontradas leis de alteração** do percentual autorizado para abertura de créditos suplementares no exercício de 2018.

O gestor **não apresentou** justificativas, sendo assim **declarado revel**.

**- Recursos recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural apresentam discrepância na apuração do superávit financeiro da fonte de recursos (item 4.3.2.1 do RT 00866/2019-3).**

**Verifica a Área Técnica**, a partir do Balanço Patrimonial (BALPAT) que a **fonte de recursos 604 – royalties** do petróleo federal iniciou o exercício com superávit financeiro de R\$ 2.090.891,68 e encerrou com superávit no valor **R\$ 3.834.042,89**.

Já a **fonte de recursos 605** – *royalties* do petróleo estadual iniciou o exercício com superávit financeiro de R\$ 1.595.645,40 e encerrou com superávit de **R\$ 1.150.552,25**.

No entanto, confrontando os saldos financeiros evidenciados no BALPAT com os valores recebidos e empenhados, extraídos dos balancetes da execução orçamentária, e com os saldos demonstrados no Termo de Verificação das Disponibilidades (TVDISP), destaca a Área Técnica o seguinte:

Fonte	Sup. Financ. Exerc. Anterior	Receitas	Despesas Pagas	Saldo Final Apurado	Resultado Financeiro Atual (BALPAT)	Saldo Em Conta Bancária
604	2.090.891,68	164.674,34	156.664,16	<b>2.098.901,86</b>	<b>3.834.042,89</b>	3.834.042,89
605	1.595.645,40	39.919,03	1.230.264,44	<b>405.299,99</b>	<b>1.150.552,25</b>	1.284.404,56
<b>Total:</b>	<b>3.686.537,08</b>	<b>204.593,37</b>	<b>1.386.928,60</b>	<b>2.504.201,85</b>	<b>4.984.595,14</b>	<b>5.118.447,45</b>

Verifica, por fim a Área Técnica, do quadro acima, que o *superávit* financeiro evidenciado nos demonstrativos contábeis é **incompatível** com o **superávit apurado**, revelando **descontrole dos recursos**.

O gestor **não apresentou** justificativas, sendo assim **declarado revel**.

Em que pese o gestor **não ter se manifestado** e, por mim mesmo, ter sido considerado **revel**, tenho como justo que os indícios de irregularidades **sejam analisados** com toda a **acuidade**, mesmo com a **precariedade** que a ausência de justificativas impõe.

No caso da Abertura de Crédito Adicional Especial e Suplementares sem autorização legal, isso **não teve qualquer repercussão** nas contas do Município, como se depreende da **análise dos indicadores econômicos e financeiros** destacados em resumo no início da minha abordagem.

Em apertada síntese temos que a Lei Orçamentária Anual do município, Lei 891/2017, **estimou** a receita e **fixou** a despesa em **R\$ 36.850.000,00**. Apesar da **Receita Prevista** (R\$ 37.482.173,40) não ter sido alcançada pela **Receita**

**Realizada** (R\$ 34.814.423,05), o gestor **compensou o déficit orçamentário** executando uma **Despesa Total** da ordem de R\$ 34.531.349,05), alcançando assim, um **Superávit Orçamentário** da ordem de **R\$ 283.074,00**.

Estamos, portanto, diante de uma **irregularidade formal**, que deve ser perseguida, mas **sem o condão de protagonizar** uma condenação de **REJEIÇÃO**, ainda mais quando **não se vislumbra** qualquer tipo de **dano ao erário**.

Quanto ao indício de irregularidade, acerca das fontes 604 e 605, o fato de **constar em conta bancária** um **valor superior** ao valor registrado no BALPAT e também **superior ao valor apurado**, demonstra realmente uma divergência, **mas antes de tudo demonstra a boa-fé do gestor**.

**Ao meu sentir**, fica evidente que **não estamos diante de uma divergência ou descontrole**, que deva **nos conduzir a uma REJEIÇÃO**. Demonstra que estamos diante de uma **irregularidade que merece e pode ser corrigida** e não de uma **irregularidade que deva ser levada ao efeito** sugerido pela Área Técnica e pelo Ministério Público de Contas, sendo **suficiente a recomendação** sugerida pelo *Parquet*.

Nesse sentido, tenho como justo **manter** os indícios apontados como **irregulares no campo da ressalva**, divergindo assim da Área Técnica e Ministério Público.

Por último, acerca da **sugestão da Área Técnica** de emitir acordão com fins de aplicação de sanção por **multa** ao Senhor **Pedro Amarildo Dalmonte**, pelo descumprimento do prazo legal de envio da PCA, **decido acompanhar o Parquet**, que sugeriu **recomendação**.

**Entendo** que no caso concreto, **aplicar multa por poucos dias de atraso** (dezesesseis dias), a um gestor que **cumpriu limites** e apresentou os **indicadores de gestão** ora mencionados, ao meu sentir, é **injusto, desarrazoado e desproporcional**, devendo a aplicação do **dispositivo legal** específico **ser relevada**.

Ademais, saliento **o disposto nos artigos 20 e 22** do Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro – LINDB) que dispõe seja observada a situação fática que ensejou o não cumprimento da referida lei:

**Art. 20.** Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos **sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.**

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

**Art. 22.** Na interpretação de normas sobre gestão pública, **serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor** e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, **serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.**

§ 2º Na aplicação de sanções, **serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.**

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

### **III. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Ante o exposto, **divergindo** do entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Parecer Prévio que submeto à sua consideração.

**Sergio Aboudib Ferreira Pinto**

Conselheiro relator

### **1. PARECER PRÉVIO TC-0109/2020 – 1ª CÂMARA**

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da **Primeira Câmara**, ante as razões expostas pelo Relator, em:

**1.1. Manter** as seguintes irregularidades, **apenas no campo da ressalva**:

**1.1.1.** Abertura de Crédito Adicional Especial sem autorização legal (item 4.1.1. do RT 00866/2019-3);

**1.1.2.** Abertura de créditos adicionais suplementares sem autorização legal (item 4.1.2 do RT 00866/2019-3);

**1.1.3.** Recursos recebidos a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural apresentam discrepância na apuração do superávit financeiro da fonte de recursos (item 4.3.2.1 do RT 00866/2019-3).

**1.2. Emitir Parecer Prévio** recomendando ao Legislativo Municipal a **REGULARIDADE COM RESSALVA** das contas da **Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte**, no exercício de 2018, sob a responsabilidade do Senhor **Pedro Amarildo Dalmonte**, na forma prevista no artigo 80, inciso II, da Lei Complementar 621/2012;

**1.3. Deixar de aplicar multa** ao Senhor. **Pedro Amarildo Dalmonte**, pelo descumprimento do prazo legal de envio da PCA;

**1.4. Determinar** ao Chefe do Executivo Municipal que apure a divergência apontada no item 4.3.2.1 do RT 00866/2019-3, fazendo os respectivos ajustes contábeis a serem demonstrados na próxima prestação de contas;

**1.5. Determinar** ao Chefe do Executivo Municipal que divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo parecer prévio, na forma do art. 48 da LC n. 101/00;

**1.6. Recomendar** ao Chefe do Executivo Municipal que observe o prazo disposto no art. 76, § 1º do indigitado estatuto legal para encaminhamento das prestações de contas a este egrégio sodalício.

1.7. Dar **ciência** aos interessados.

1.8. **Arquivar** os autos após os trâmites legais.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 20/11/2020 – 44ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente/relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Rodrigo Coelho do Carmo.

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

**Presidente**

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

**Fui presente:**

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO

**Subsecretária das Sessões em substituição**